

**ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES, INSTITUÍDA NOS TERMOS DA LEI nº 12.527/2011 E DO DECRETO nº 7.724/2012.****ATA nº 029**

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, às 09 horas e 30 minutos, a Comissão Mista de Reavaliação de Informações - CMRI, instituída nos termos do § 1º do art. 35 da Lei nº 12.527, de 2011 (LAI), e do Decreto nº 7.724, de 2012, reuniu-se ordinariamente na Casa Civil da Presidência da República, localizada no Palácio do Planalto, Praça dos Três Poderes, 4º andar, Brasília - DF, com a presença da representante da Casa Civil da Presidência da República, Leila de Moraes, que a presidiu; do representante do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Gen. Edson Leal Pujol; do representante do Ministério da Fazenda, Carlos Augusto Moreira Araújo; do representante do Ministério das Relações Exteriores, João Pedro Corrêa Costa; do representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guilherme Estrada Rodrigues; do representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Marco Antônio Juliatto; do representante da Controladoria-Geral da União, Gilberto Waller Júnior; do representante do Ministério da Justiça, Marivaldo de Castro Pereira; e assessores. Pauta da Reunião: (i) Leitura e aprovação da Ata da reunião anterior; (ii) Análise de requerimento de prorrogação de prazo de sigilo de informação classificada no grau ultrassecreto; (iii) Análise dos recursos recebidos pela Secretaria Executiva da Comissão; e, (iv) Outros assuntos. Iniciados os trabalhos, ocorreram as seguintes deliberações: (1) A senhora Leila de Moraes, agradeceu a presença de todos e fez a leitura da Ata da reunião anterior, que foi aprovada, em seus termos, por todos os presentes. (2) Em seguida, foi analisado o requerimento de prorrogação de prazos de documentos classificados, objeto do Aviso nº 11/G/DCA, de 25 de novembro de 2014, do Ministério das Relações Exteriores, tendo sido decidido o seguinte: CIDIC 09009.000563/2014-04.U.14.28/03/1990.28/03/2015.N; CIDIC 09009.000564/2014-41.U.14.28/03/1990.28/03/2015.N; CIDIC 09009.000565/2014-950.U.14.29/03/1990.29/03/2015.N; CIDIC 09009.000566/2014-30.U.14.29/03/1990.29/03/2015.N; CIDIC 09009.000567/2014-84.U.14.29/03/1990.29/03/2015.N; e CIDIC 09009.000570/2014-06.U.14.12/04/1990.12/04/2015.N, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, prorrogar o prazo de restrição de acesso público por até 25 anos, conforme exarado no Despacho 0001/2015-CMRI. Fica sobrestada para reunião de março a análise dos demais pedidos de prorrogação de prazos dos documentos classificados constantes do ofício do MRE. (3) Na ordem, foram analisados e decididos os seguintes recursos: NUP 99901.000684/2014-67, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, conhecer do recurso, e no mérito não lhe dar provimento com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0002/2015; NUP 99901.000588/2014-19, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, conhecer do recurso, e no mérito não lhe dar provimento com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0003/2015; NUP 99901.000685/2014-10, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, conhecer do recurso, e no mérito não lhe dar provimento com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0004/2015; NUP 99901.000686/2014-56, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, conhecer do recurso, e no mérito não lhe dar provimento com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0005/2015; NUP 99901.000688/2014-45, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, conhecer do recurso, e no mérito não lhe dar provimento com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0006/2015; NUP 99901.000690/2014-14, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, conhecer do recurso, e no mérito não lhe dar provimento com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0007/2015; NUP 99901.000691/2014-69, a Comissão decidiu,



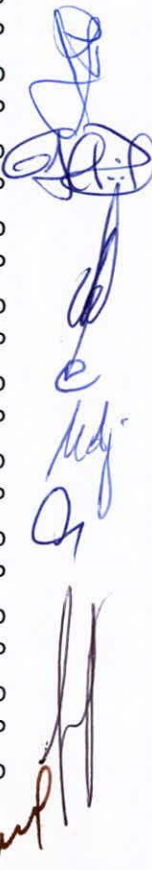
por unanimidade dos presentes, conhecer do recurso, e no mérito não lhe dar provimento com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0008/2015; NUP 99901.000602/2014-84, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, conhecer do recurso, e no mérito não lhe dar provimento com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0009/2015; NUP 99901.000693/2014-58, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, conhecer do recurso, e no mérito não lhe dar provimento com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0010/2015; NUP 99901.000620/2014-66, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, conhecer do recurso, e no mérito não lhe dar provimento com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0011/2015; NUP 99901.000663/2014-41, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, conhecer do recurso, e no mérito não lhe dar provimento com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0012/2015; NUP 99901.000664/2014-96, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, conhecer do recurso, e no mérito não lhe dar provimento com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0013/2015; NUP 99901.000668/2014-74, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, conhecer do recurso, e no mérito não lhe dar provimento com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0014/2015; NUP 99901.000601/2014-30, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, conhecer do recurso, e no mérito não lhe dar provimento com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0015/2015; NUP 99901.000681/2014-23, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, conhecer do recurso, e no mérito não lhe dar provimento com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0016/2015; NUP 99901.000692-2014-11, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, conhecer do recurso, e no mérito não lhe dar provimento com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0017/2015; NUP 99901.000599-2014-07, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, conhecer do recurso, e no mérito não lhe dar provimento com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0018/2015; NUP 99901.000666-2014-85, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, conhecer do recurso, e no mérito não lhe dar provimento com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0019/2015; NUP 99901.000621-2014-19, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, conhecer do recurso, e no mérito não lhe dar provimento com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0020/2015; NUP 99901.000616-2014-06, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, conhecer do recurso, e no mérito não lhe dar provimento com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0021/2015; NUP 99901.000615-2014-53, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, conhecer do recurso, e no mérito não lhe dar provimento com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0022/2015; NUP 99901.000614-2014-17, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, conhecer do recurso, e no mérito não lhe dar provimento com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0023/2015; NUP 03950.001481-2014-33, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, conhecer do recurso, e no mérito não lhe dar provimento com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0024/2015; NUP 03950.001478-2014-10, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, conhecer do recurso, e no mérito não lhe dar provimento com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0025/2015; NUP 80200.000361-2014-42, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, conhecer do recurso, e no mérito não lhe dar provimento com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0026/2015; NUP 50650.001518-2014-98, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, conhecer do recurso, e no mérito não lhe dar provimento com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0027/2015; NUP 99902.001745-2014-01, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, conhecer do recurso, e no mérito não lhe dar provimento com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0028/2015; NUP 99928.000162-2014-67, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, conhecer do recurso, e no mérito não lhe dar provimento com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0029/2015; NUP 99901.000917-2014-21, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do



recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0030/2015; NUP 99901.000612-2014-10, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0031/2015; NUP 99901.000669-2014-19, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0032/2015; NUP 99901.000665-2014-31, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0033/2015; NUP 99901.000606-2014-62, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0034/2015; NUP 99901.000618-2014-97, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0035/2015; NUP 99901.000617-2014-42, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0036/2015; NUP 99901.000619-2014-31, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0037/2015; NUP 99901.000591-2014-32, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0038/2015; NUP 99901.000592-2014-87, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0039/2015; NUP 99901.000672-2014-32, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0040/2015; NUP 99901.000611-2014-75, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0041/2015; NUP 99901.000608-2014-51, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0042/2015; NUP 99901.000670-2014-43, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0043/2015; NUP 99901.000682-2014-78, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0044/2015; NUP 99901.000671-2014-98, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0045/2015; NUP 00075.001368-2014-25, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0046/2015; NUP 18600.001676-2014-21, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, conhecer do recurso, e no mérito não lhe dar provimento com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0047/2015; NUP 23480.009548-2014-79, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0048/2015; NUP 23480.007609-2014-63, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0049/2015; NUP 00077.000999-2014-15, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0050/2015; NUP 08850.002730-2014-50, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0051/2015; NUP 00075.001010-2014-01, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0052/2015; NUP 00077.001000-2014-47, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0053/2015; NUP 00083.000440-2014-06, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0054/2015; NUP 99901.000834-2014-32, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do



recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0055/2015; NUP 99928.000338-2014-81, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0056/2015; NUP 00075.001296-2014-16, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0057/2015; NUP 08850.003521-2014-23, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0058/2015; NUP 00075.001332-2014-41, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0059/2015; NUP 23480.013674-2014-28, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0060/2015; NUP 03950.001485-2014-11, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0061/2015; NUP 53850.003048-2014-39, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0062/2015; NUP 00075.001341-2014-32, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0063/2015; NUP 23480.008708-2014-62, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0064/2015; NUP 00075.001242-2014-51, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0065/2015; NUP 23480.010377-2014-21, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0066/2015; NUP 99903.000340-2014-38, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0067/2015; NUP 99903.000411-2014-01, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0068/2015; NUP 99903.000414-2014-36, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0069/2015; NUP 00077.001068-2014-26, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0070/2015; NUP 48700.007446-2014-16, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0071/2015; NUP 23480.016253-2014-59, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0072/2015; NUP 00075.001441-2014-69, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0073/2015; NUP 00700.000450-2014-19, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0074/2015; NUP 00083.000444-2014-86, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0075/2015; NUP 99923.002068-2014-92, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0076/2015; NUP 99923.002040-2014-55, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0077/2015; NUP 00077.001286-2014-61, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0078/2015; NUP 48700.007068-2014-62, a Comissão declarou, por unanimidade dos presentes, perdido o objeto do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0079/2015; NUP 99902.002217-2014-61, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do



recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0080/2015; NUP 99902.002213-2014-83, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0081/2015; NUP 23480.010387-2014-66, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0082/2015; NUP 23480.011009-2014-08, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0083/2015; NUP 23480.011013-2014-68, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0084/2015; NUP 23480.010955-2014-29, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0085/2015; NUP 99923.001975-2014-14, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0086/2015; NUP 00077.001287-2014-13, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0087/2015; NUP 60502.002811-2014-20, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0088/2015; NUP 00075.000031-2015-81, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0089/2015; NUP 16853.001921-2014-01, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0090/2015; NUP 54800.000434-2014-27, a Comissão declarou, por unanimidade dos presentes, perdido o objeto do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0091/2015; NUP 54800.000433-2014-82, a Comissão declarou, por unanimidade dos presentes, perdido o objeto do recurso, com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0092/2015. (4) Outros assuntos: Após a conclusão do item II da pauta, o representante do Ministério da Justiça, Marivaldo de Castro Pereira, por necessidade do serviço, precisou ausentar-se da reunião, não participando dos itens seguintes. O representante do Ministério das Relações Exteriores é cientificado da decisão sobre os pedidos de prorrogação, dispensando outra comunicação. O assunto do Ofício 24.626/2014/OGU/CGU-PR, de 15 de setembro de 2014, distribuído para a AGU, foi sobrestado para deliberação na reunião de março de 2015. A seguir, sem mais assuntos, a reunião foi encerrada.



Casa Civil da Presidência da República  
Presidente



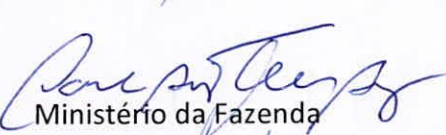
Gabinete de Segurança Institucional  
da Presidência da República




Ministério da Justiça




Ministério das Relações Exteriores



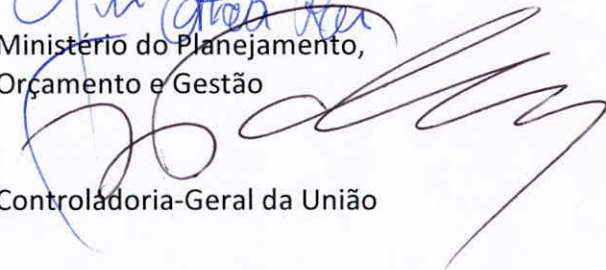
Ministério da Fazenda



Ministério do Planejamento,  
Orçamento e Gestão



Secretaria de Direitos Humanos  
da Presidência da República



Controladoria-Geral da União